

OS INCIDENTES DA INSTÂNCIA

(8.ª edição)

Autor: Salvador da Costa

ÍNDICE GERAL

À GUIA DE INTRODUÇÃO	5
I. NOÇÃO DE INCIDENTE PROCESSUAL	7
II. INCIDENTES DA INSTÂNCIA	11
1. Generalidades	11
2. Disposições gerais	12
2.1. Regra geral	12
2.2. Indicação das provas e oposição	13
2.3. Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos	15
2.4. Alegações orais e decisão	17
3. Verificação do valor da causa	19
3.1. Atribuição de valor à causa e sua influência	19
3.2. Critérios gerais para a fixação do valor	23
3.3. Critérios especiais	28
3.4. Momento a que se atende para a determinação do valor	32
3.5. Valor da ação no caso de prestações vincendas e periódicas	40
3.6. Valor da ação determinado pelo valor do ato jurídico	42
3.7. Valor da ação determinado pelo valor da coisa	44
3.8. Valor da ação sobre o estado das pessoas e interesses imateriais ou difusos	48
3.9. Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares	52
3.10. Poderes das partes quanto à indicação do valor	56
3.11. Fixação do valor	60
3.12. Valor dos incidentes (deduzidos sem a sua indicação)	63
3.13. Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz 65	65
3.14. Fixação do valor por meio de arbitramento	67
3.15. Consequências da decisão do incidente do valor	68
4. Intervenção de terceiros	72
4.1. Generalidades	72
5. Intervenção Principal Espontânea	74
5.1. Intervenção de litisconsorte	74
5.2. Posição do interveniente	77
5.3. Intervenção por mera adesão	78
5.4. Intervenção mediante articulado próprio	81
5.5. Processamento subsequente	83
6. Intervenção principal provocada	86
6.1. Generalidades	86
6.2. Âmbito	87
6.3. Efetivação do direito de regresso	94
6.4. Oportunidade do chamamento	96
6.5. Termos em que se processa	100
6.6. Valor da sentença quanto ao chamado	103
7. Intervenção acessória provocada	104
7.1. Generalidades	104

7.2. Campo de aplicação	107
7.3. Dedução do chamamento	111
7.4. Termos subsequentes	113
7.5. Tutela dos direitos do autor	119
8. Intervenção acessória do Ministério Público - Como se processa	120
9. Assistência	124
9.1. Generalidades	124
9.2. Conceito e legitimidade da assistência	124
9.3. Intervenção e exclusão do assistente	127
9.4. Posição do assistente - Poderes e deveres gerais	131
9.5. Posição especial do assistente	135
9.6. Provas utilizáveis pelo assistente	136
9.7. A assistência e a confissão, desistência ou transação	138
9.8. Valor da sentença quanto ao assistente	139
10. Incidente de oposição	141
10.1. Generalidades	141
10.2. Conceito de oposição espontânea - Até quando pode admitir-se	144
10.3. Dedução da oposição espontânea	147
10.4. Posição do oponente - Marcha do processo	148
10.5. Marcha do processo após os articulados da oposição	150
10.6. Atitude das partes quanto à oposição e seu reflexo na estrutura do processo	151
10.7. Oposição provocada	155
10.8. Citação do oponente	157
10.9. Consequência da inércia do citado	159
10.10. Dedução do pedido por parte do oponente - Marcha ulterior do processo	163
11. Oposição mediante embargos de terceiro	165
11.1. Generalidades	165
11.2. Fundamento dos embargos de terceiro	169
11.3. Embargos de terceiro por parte dos cônjuges	178
11.4. Dedução dos embargos	182
11.5. Fase introdutória dos embargos	187
11.6. Efeitos da rejeição dos embargos	191
11.7. Efeitos do recebimento dos embargos	193
11.8. Processamento subsequente ao recebimento dos embargos	195
11.9. Caso julgado material	199
11.10. Embargos de terceiro com função preventiva	201
12. Habilitação	204
12.1. Generalidades	204
12.2. Quando tem lugar a habilitação - Quem a pode promover	207
12.3. Regras comuns de processamento do incidente	213
12.4. Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo	218
12.5. Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida	222
12.6. Habilitação no caso de incerteza de pessoas	230
12.7. Habilitação do adquirente ou cessionário	234
12.8. Habilitação perante os tribunais superiores	243
13. Liquidação	246
13.1. Generalidades	246
13.2. Ónus de liquidação	250
13.3. Dedução da liquidação	255

13.4. Termos posteriores do incidente	257
13.5. Liquidação por árbitros	267
14. Impugnação de documentos	265
14.1. Generalidades	265
14.2. Impugnação da genuinidade de documentos	270
14.3. Prova	278
14.4. Ilisão da autenticidade ou da força probatória de documentos	281
14.5. Arguição pelo apresentante	285
14.6. Resposta	
14.7. Instrução e julgamento	289
14.8. Processamento como incidente	293
14.9. Falsidade de ato judicial	297
15. Incompetência Relativa	305
15.1. Generalidades	305
15.2. Casos em que se verifica	307
15.3. Regime da arguição	308
15.4. Conhecimento oficioso da incompetência relativa	311
15.5. Instrução e julgamento da exceção	317
15.6. Regime no caso de pluralidade de réus	321
15.7. Tentativa ilícita de desaforamento	322
15.8. Regime da incompetência do tribunal de recurso	324
16. Garantias de Imparcialidade	327
16.1. Generalidades	327
16.2. Casos de impedimento do juiz	329
16.3. Dever do juiz impedido	340
16.4. Causas de impedimento nos tribunais coletivos	345
16.5. Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria	347
16.6. Pedido de escusa por parte do juiz	352
16.7. Fundamento de suspeição	357
16.8. Prazo para a dedução da suspeição	365
16.9. Como se deduz e processa a suspeição	368
16.10. Julgamento da suspeição	370
16.11. Suspeição oposta a juiz da Relação ou do Supremo Tribunal de Justiça	373
16.12. Influência da arguição na marcha do processo	374
16.13. Procedência de escusa ou de suspeição	375
16.14. Suspeição oposta aos funcionários da secretaria	377
16.15. Prazo para a dedução da suspeição	378
16.16. Processamento do incidente	379
BIBLIOGRAFIA	383
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	387
ÍNDICE GERAL	391